



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA
PLENÁRIO

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 27-09-2016

Na Sessão Plenária de 27-09-2016, o Conselho Superior da Magistratura tomou as seguintes deliberações:

1) Foram investidos em funções o(a)s Exm^{o(a)}s Vogais efectivos eleitos pela Assembleia da República, a que alude a alínea b), do n.º 1, do artigo 137.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei nº 21/85, de 30 de Julho: **o Exmo. Senhor Professor Doutor João Eduardo Vaz Resende Rodrigues, o Exmo. Senhor Dr. Victor Manuel Pereira de Faria, o Exmo. Senhor Dr. Jorge Salvador Picão Gonçalves, a Exma. Senhora Professora Doutora Maria Eduarda de Almeida Azevedo, o Exmo. Senhor Dr. Jorge André de Carvalho Barreira Alves Correia, a Exma. Senhora Dra. Susana de Meneses Brasil de Brito e o Exmo. Senhor Professor Doutor Serafim Pedro Madeira Froufe.**

2) Foi nomeado como Juiz Conselheiro para o Supremo Tribunal de Justiça, o Exmo. Senhor Dr. Fernando Nunes Ribeiro, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Coimbra, na vaga deixada pelo falecimento do Exmo. Sr. Conselheiro Dr. João José Martins de Sousa, sendo tal vaga destinada a Juizes da Relação, nos termos da alínea a), n.º 6, do artigo 52.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais, alterado pela Lei n.º 26/2008, de 27 de Junho.

3) Ficou em aberto vaga destinada a ser provida por jurista de reconhecido mérito, por não existir mais nenhum candidato jurista de reconhecido mérito graduado, não podendo as vagas destinadas a estes, ser preenchidas por outros candidatos, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 6, do artigo no 52.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais.

4) Foi aprovada a acta da sessão do Conselho Plenário de 12 de Julho de 2016.

5) Foram designados para fazerem parte do Conselho Permanente, o(a)s Exm^{o(a)}s Vogais, **Doutor João Eduardo Vaz Resende Rodrigues, Dr. Jorge Salvador Picão Gonçalves, Prof^a. Doutora Maria Eduarda de Almeida Azevedo e a Dra. Susana de Meneses Brasil de Brito.**

6) Foi designado para integrar o Conselho Administrativo do Conselho Superior da Magistratura o Exmo. Vogal, **Dr. Jorge André de Carvalho Barreira Alves Correia.**

7) Foi apreciado incidente de aceleração processual, que foi indeferido.

8) Foi ratificado despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho Superior da Magistratura que autorizou a renovação da comissão de serviço, da Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Maria João Almeida Brazão de Carvalho, como Assessora do Gabinete de Juizes do Tribunal Constitucional.

9) Foi ratificado despacho do Exmo. Sr. Juiz de Direito, Vogal do Conselho Superior da Magistratura, Dr. Armando Cordeiro, que autorizou a nomeação em comissão de serviço, do Exmo. Senhor Juiz de Direito, Dr. João Miguel Primo dos Santos Cabral, como Assessor do Gabinete de Juizes do Tribunal Constitucional.

10) Foi ratificado despacho do Exmo. Sr. Juiz de Direito, Vogal do Conselho Superior da Magistratura, Dr. Armando Cordeiro, que autorizou a nomeação em comissão de serviço, do Exmo. Senhor Juiz de Direito, Dr. João Pedro de Almeida Gonçalves Baptista, como Assessor do Gabinete de Juizes do Tribunal Constitucional.

11) Foi ratificado despacho do Exmo. Sr. Juiz de Direito, Vogal do Conselho Superior da Magistratura, Dr. Armando Cordeiro, que autorizou a permuta entre os Exmos. Senhores Juizes de Direito, Dr. Nuno Luís Lopes Ribeiro e Dr. Rui Manuel Pinheiro de Oliveira, no âmbito do Movimento Judicial Ordinário de 2016.



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

PLENÁRIO

12) Foi ratificado despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho que desligou do serviço para efeitos de aposentação/jubilção, o Exmo. Senhor Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Carlos Alberto Fernandes Cadilha.

13) Foi ratificado despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho que concedeu a licença de longa duração à Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Maria José de Almeida Costeira, para exercício de funções em organismo internacional – Juiz do Tribunal Geral da União Europeia.

14) Foi ratificado despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que nomeou os Exmos. Senhores Auditores de Justiça como Juizes de Direito em regime de estágio, colocando-os nas comarcas e instâncias (conforme indicado no despacho).

15) Foi ratificado despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que homologou os Planos Individuais de Estágio, referentes aos Exmos. Senhores Juizes de Direito em regime de estágio, oriundos do 31º Curso Normal de Formação para os Tribunais Judiciais.

16) Foi ratificado despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que autorizou a Exma. Senhora Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça, Dra. Maria da Graça Machado Trigo Franco Frazão, a prosseguir o exercício de funções docentes universitárias e de investigação científica de natureza jurídica, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

17) Foi ratificado despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, relativo às situações de redução ou suspensão da distribuição dos Exmos. Senhores Juizes Desembargadores, pelo prazo considerado adequado, quando se verificarem motivos de doença ou de distribuição de processos com elevada complexidade, na sequência da deliberação do Conselho Plenário de 17-09-2013.

18) Foi ratificado despacho proferido pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito, Vogal do Conselho Superior da Magistratura, Dr. Armando Cordeiro, que aprovou o mapa de turnos de serviço urgente que deve ser assegurado aos sábados e feriados na comarca de Faro para o período de Setembro de 2016 a Agosto de 2017.

19) Foi deliberado ratificar despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que determinou o arquivamento de procedimento de averiguação sumária.

20) Foi deliberado ratificar despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que determinou o arquivamento de procedimento de averiguação sumária.

21) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que desligou do serviço para efeitos de aposentação/jubilção, o Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal da Relação de Lisboa, Dr. Luís Maria Vaz das Neves.

22) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que autorizou a permuta entre as Exmas. Senhoras Juizas de Direito, Dra. Marisa Maria Pereira Ribeiro e Dra. Filomena Fontes Lopes dos Santos Bernardo, no âmbito do Movimento Judicial Ordinário de 2016.

23) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que autorizou a permuta entre os Exmos. Senhores Juizes de Direito, Dr. Rui André da Costa Vaz de Carvalho e Dra. Filipa Alexandra da Rocha Pires, no âmbito do Movimento Judicial Ordinário de 2016.

24) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que autorizou a nomeação em comissão de serviço, como docentes a tempo inteiro do Centro de Estudos Judiciários, os Exmos. Senhores Juizes de Direito, Dra. Estrela Aramita Dias Chambel Capelo de Sousa Chaby Rosa, Dr. Alexandre José Au-Yong Oliveira e Dr. José Manuel Lourenço Quaresma.





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

PLENÁRIO

25) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que autorizou que seja concedida licença especial para exercer funções no território de Macau, ao Exmo. Senhor Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Évora, Dr. Carlos Alberto Gameiro de Campos Lobo.

26) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que concordou com o teor de proposta do Exmo. Sr. Inspector Judicial Juiz Desembargador Dr. Mendes Coelho, e determinou a conversão de inquérito em processo disciplinar.

27) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que concordou com o teor da proposta do Exmo. Sr. Inspector Judicial Juiz Desembargador Dr. Paulo Correia, e determinou a conversão de inquérito em processo disciplinar.

28) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que atenta a informação elaborada pela Exma. Sra. Chefe de Gabinete deste Conselho, Juíza Desembargadora Dra. Ana Isabel de Azeredo Rodrigues Coelho Fernandes da Silva, declarou que o eventual diferimento da execução da deliberação de 12 de Julho de 2016, que aprovou o movimento judicial ordinário de 2016, seria gravemente prejudicial para o interesse público, bem como para os interesses de todos os juízes pelo mesmo abrangidos, o que foi expresso para todos os efeitos legais.

29) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 22-08-2016, que desligou do serviço para efeitos de aposentação/jubilização, o Exmo. Senhor Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Guimarães, Dr. Henrique Manuel Antunes Figueiredo de Andrade.

30) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 25-08-2016, que desligou do serviço para efeitos de aposentação/jubilização, o Exmo. Senhor Juiz Desembargador do Tribunal da Relação do Porto, Dr. Manuel José Caimoto Jácome.

31) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de, que designou o Exmo. Senhor Juiz de Direito da Instância Central de Ponta Delgada – 1ª Secção Cível e Criminal, Dr. José António Lopes Vicente, como Delegado da Comissão Nacional de Eleições na Região Autónoma dos Açores.

32) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que concordou com o teor da proposta do Exmo. Sr. Inspector Judicial Juiz Desembargador Dr. Paulo Correia, e determinou, nomeadamente, a conversão de inquérito em processo disciplinar.

33) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 31-08-2016, que desligou do serviço para efeitos de aposentação/jubilização, o Exmo. Senhor Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, Dr. Francisco António de Figueiredo Caramelo.

34) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 06-09-2016, que determinou a nomeação da Exma. Senhora Juíza de Direito da Instância Central de Leiria – Secção Cível, Dra. Teresa Margarida Pires de Oliveira, como substituta da Exma. Senhora Juíza Presidente da Comarca de Leiria nas eventuais faltas ou impedimentos.

35) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 05-09-2016, que autorizou a renovação da comissão de serviço do Exmo. Senhor Juiz Desembargador, Dr. Jorge Manuel de Miranda Natividade Jacob, actualmente em comissão eventual de serviço na Provedoria de Justiça, exercendo funções de Provedor-Adjunto.

36) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 05-09-2016, que autorizou a renovação da comissão de serviço do Exmo. Senhor Juiz Desembargador, Dr. Henrique Ataíde



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

PLENÁRIO

Rosa Antunes, actualmente em comissão eventual de serviço na Provedoria de Justiça, exercendo funções de Provedor de Justiça-Adjunto.

37) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 05-09-2016, que aprovou as medidas de gestão referentes à reafecção de processos/substituição de Juiz, apresentadas pela Exma. Senhora Juíza Presidente da Comarca de Leiria.

38) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 08-09-2016, que concedeu à Exma. Senhora Juíza Desembargadora, Dra. Maria Manuela Marques de Sousa Paupério, a redução de 75% na distribuição de serviço no Tribunal da Relação do Porto, em virtude de ter assumido as funções de Presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP).

39) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 08-09-2016, que concordou com a proposta do Exmo. Sr. Inspector Judicial Extraordinário, Juiz Conselheiro Dr. Álvaro Rodrigues, e determinou a remessa de cópia integral dos autos ao Tribunal Constitucional.

40) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 16-09-2016, que concedeu ao Exmo. Senhor Juiz de Direito, Dr. Eduardo José Capela de Sousa Paiva, a redução de 25% na distribuição de serviço na Instância Central de Loures – 1ª Secção de Família e Menores, em virtude das funções que exerce na Associação Sindical de Juizes Portugueses (ASJP).

41) Foi deliberado concordar com o projecto de deliberação relativo aos mapas estatísticos a remeter pelos Tribunais da Relação.

42) Foi deliberado ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho, que designou a Exma. Sra. Juíza Desembargadora Dra. Graça Maria Lima de Figueiredo Amaral, para integrar o Comité Consultivo do Tribunal Unificado das Patentes (TUP).

43) Foi deliberado adiar para próximo Plenário a apreciação do parecer elaborado relativamente à situação remuneratória de Magistrado beneficiário do regime de bolseiro dentro do País, por período superior a trinta dias.

44) Foi deliberado concordar com o teor do Aviso relativo à inscrição e frequência das acções de formação complementar e contínua para o Centro de Estudos Judiciários 2016/2017.

45) Foi deliberado aprovar projecto de deliberação do Exmo. Senhor Dr. Armando Cordeiro sobre processo disciplinar, tendo sido aplicada a sanção de 30 (trinta) dias de suspensão do exercício de funções, pela prática de uma infracção por violação dos deveres de zelo e de prossecução do interesse público (neste último caso especificamente na vertente de actuar no sentido de criar no público a confiança em que a justiça repousa), prevista punida nos termos dos artigos 3.º, n.º 1, 81.º, 82.º, 85.º, n.º 1, d), 88.º, 94.º, n.º 1, 96.º e 104.º, n.º 1, do Estatuto dos Magistrados Judiciais, e 73.º, n.º 1, 2, e) e 7, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

46) Foi deliberado aprovar projecto de deliberação do Exmo. Senhor Dr. José Eusébio Almeida sobre processo disciplinar, tendo sido aplicada a sanção de advertência, pela prática da infracção disciplinar por violação do dever de correcção, nos termos dos artigos 85.º, n.º 1, alínea a), 86.º, 91.º e 96.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais e 73.º, n.º 1, alínea h), e n.º 10 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

47) Foi deliberado aprovar projecto de deliberação do Exmo. Senhor Dr. José Eusébio Almeida sobre processo disciplinar, considerando provida a reclamação e, em conformidade, entendendo que não foi cometida a infracção disciplinar imputada, ordenar o arquivamento dos autos.





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

PLENÁRIO

48) Foi deliberado aprovar o projecto de deliberação do Exmo. Senhor Dr. José Eusébio Almeida, com procedência parcial de recurso hierárquico interposto, determinando o arquivamento do processo disciplinar quanto aos factos descritos nos pontos 3 (parcialmente) a 9 do relatório final para o qual remete a deliberação recorrida, e não incluídos na matéria de facto considerados e, sancionar a recorrente na multa única de 600,00 (seiscentos euros) pela prática da infracção disciplinar consubstanciada nos factos descritos em 2, 3 e 4 e reveladora da violação dos deveres de zelo e de prossecução do interesse público, prevista e punida pelos artigos 66 e 90 do EFJ e 180, 181, n.º 2, 183 e 185 da LGTFP.

49) Foi deliberado aprovar projecto de deliberação do Exmo. Senhor Dr. Rodolfo Serpa sobre processo disciplinar, tendo sido aplicada a pena disciplinar de aposentação compulsiva, nos termos do artigo 95.º, n.º 1, alíneas a) e c), do Estatuto dos Magistrados Judiciais.

50) Foi deliberado solicitar a Exma. Senhora Inspectora Judicial relatório complementar com vista a apurar da aptidão profissional de magistrado judicial, após exame do serviço entretanto desenvolvido pela mesma, com oportuna notificação da mesma relativamente às conclusões que sejam apuradas em sede do relatório complementar ora determinado.

51) A apreciação das candidaturas apresentadas na sequência do Aviso nº 7/2016 – Constituição da Lista de Árbitros Presidentes do Tribunal Arbitral a constituir nos termos do artigo 384º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, foi adiada para a próxima sessão plenária.

52) Foi deliberado nomear, após votação nesse sentido, o Exmo. Juiz Desembargador Dr. António José da Ascensão Ramos, do Tribunal da Relação do Porto, como Inspector Judicial, para a 2.ª Área, em comissão de serviço ordinária, de natureza judicial, por um período de 3 anos, nos exactos termos dos artigos 53.º, 54.º, n.os 1, 2 e 3, 55.º, 56.º, n.º 1, alínea a) e 57.º, n.º 1 do EMJ.

Mais foi deliberado comunicar o teor desta deliberação ao Tribunal da Relação do Porto.

53) Foi deliberado nomear, após votação nesse sentido, o Exmo. Juiz Desembargador Dr. Nelson Paulo Martins de Borges Carneiro, do Tribunal da Relação de Lisboa, como Inspector Judicial, para a 16.ª Área, em comissão de serviço ordinária, de natureza judicial, por um período de 3 anos, nos exactos termos dos artigos 53.º, 54.º, n.os 1, 2 e 3, 55.º, 56.º, n.º 1, alínea a) e 57.º, n.º 1 do EMJ.

Mais foi deliberado comunicar o teor desta deliberação ao Tribunal da Relação de Lisboa.

54) Foi deliberada a prorrogação da comissão de serviço do Inspector Judicial Exmº. Senhor Juiz Desembargador do Tribunal da Relação Lisboa, Dr. Manuel José Aguiar Pereira, na 13.ª área, por mais três anos nos exactos termos dos artigos 53º, 54º, n.ºs 1, 2 e 3, 55º e 56º, n.º 1, alínea a) do EMJ.

55) Foi deliberada a prorrogação da comissão de serviço do Inspector Judicial Exmº. Senhor Juiz Desembargador do Tribunal da Relação Lisboa, Dr. Nuno Maria Rosa da Silva Garcia, na 18.ª área, por mais três anos nos exactos termos dos artigos 53º, 54º, n.ºs 1, 2 e 3, 55º e 56º, n.º 1, alínea a) do EMJ.

56) Foi deliberado concordar com a proposta apresentada pela Exma. Senhora Juíza Presidente da Comarca de Lisboa, e nomear Juiz Coordenador para a área criminal do Núcleo de Almada, a Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Élda Maria Rosa Gil Duarte.

57) Foi deliberado concordar com a proposta apresentada pela Exma. Senhora Juíza Presidente da Comarca de Lisboa, e nomear Juiz Coordenador da Secção Criminal da Instância Local de Lisboa, o Exmo. Senhor Juiz de Direito, Dr. Carlos Miguel Pereira Neves.

58) Foi deliberado concordar com a proposta apresentada pela Exma. Senhora Juíza Presidente da Comarca de Lisboa, e nomear a Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Gabriela de Fátima Melro Saloio Marques como Juíza Coordenadora da 1ª Secção Cível da Instância Central de Lisboa e do Tribunal da Propriedade Intelectual.



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

PLENÁRIO

59) Foi deliberado concordar com a proposta apresentada pela Exma. Senhora Juíza Presidente da Comarca de Lisboa, e nomear a Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Elisabete de Jesus Ribeiro Assunção como Juíza Coordenadora da 1ª Secção de Comércio da Instância Central de Lisboa e do Tribunal Marítimo.

60) Foi deliberado concordar com a proposta apresentada pela Exma. Senhora Juíza Presidente da Comarca de Lisboa, e nomear a Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Linda do Souto Fernandes Gonçalves como Juíza Coordenadora da 1ª Secção do Trabalho da Instância Central de Lisboa.

61) Foi deliberado, relativamente aos Avisos n.º 1/2016 e 9/2016, aprovar a lista constante da proposta de deliberação, referente ao concurso de selecção de Juizes Coordenadores para a frequência do curso específico de formação dos órgãos de gestão dos Tribunais de Comarca, que aqui se dá por integralmente reproduzida.

62) Foi deliberado autorizar a nomeação, em comissão de serviço, do Exmo. Senhor Juiz de Direito do Quadro Complementar de Juizes de Lisboa, Dr. José Manuel de Góis Dias Vilalonga, para o cargo de Inspector da Inspeção-Geral da Administração Interna.

63) Foi deliberado concordar com a selecção de Magistrados referente ao expediente relativo ao Aviso nº 5/2016 – Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Justiça da República Portuguesa e da República Democrática de Timor-Leste – Selecção de dois Magistrados para exercer funções no serviço da Inspeção Judicial, junto do Conselho Superior da Magistratura Judicial de Timor-Leste.

64) Foi deliberado concordar com a selecção de Magistrados referente ao expediente relativo ao Aviso nº 6/2016 – Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Justiça da República Portuguesa e da República Democrática de Timor-Leste – Selecção de Perito Magistrado Judicial para exercer funções junto do Centro de Formação Jurídica de Timor-Leste.

65) Foi deliberado aprovar o expediente referente ao Protocolo de Cooperação entre o Conselho Superior da Magistratura e o Consejo General del Poder Judicial (Espanha).

66) Foi deliberado concordar com o expediente referente à fixação de objectivos estratégicos e processuais das comarcas para o ano 2016/2017.

67) Foi deliberado concordar com a informação elaborada pelo Exmo. Senhor Adjunto do GAVPM, Dr. Carlos Gabriel Donoso Castelo Branco, relativamente à reclamação apresentada na sequência da deliberação tomada na sessão do Conselho Plenário de 14-06-2016, que designou o Exmo. Senhor Juiz Desembargador, Dr. Pedro Maria Cardoso Gonsalves Mourão para exercer funções de Vogal da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd).

68) Foi apreciada reclamação hierárquica, na qual foi deliberado concordar com a proposta do Exmo. Senhor Dr. Narciso Rodrigues no sentido de julgar totalmente o recurso hierárquico e manter nos seus precisos termos o acto impugnado, tendo sido também deliberado proceder a rectificações de lapsos materiais do despacho impugnado.

69) Foi apreciada reclamação hierárquica, na qual foi deliberado concordar com o projecto de deliberação do Exmo. Senhor Dr. José Eusébio Almeida no sentido de julgar totalmente improcedente o recurso hierárquico e manter nos seus precisos termos o acto administrativo impugnado.

70) Foi apreciada reclamação sobre inspecção, tendo sido deliberado aprovar o projecto de deliberação do Exmo. Senhor Dr. Sousa Pinto, no sentido do não provimento da reclamação apresentada, assim mantendo a deliberação reclamada.





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

PLENÁRIO

71) Foi apreciado expediente apresentado por Exmo. Senhor Advogado, tendo sido deliberado concordar com a proposta de deliberação de indeferimento, elaborada pelo Exmo. Senhor Vogal do CSM, Juiz Desembargador, Dr. José Maria Sousa Pinto.

72) Foi apreciada reclamação hierárquica de despacho do Exmo. Sr. Juiz Conselheiro Vice-Presidente que procedeu à afectação de juiz do quadro complementar de juizes, tendo sido deliberado indeferir a reclamação apresentada.

73) Foram designados os dias 25 de Outubro de 2016, pelas 10.30 h. e 6 de Dezembro de 2016, pelas 10.30 h., para realização das próximas sessões do Plenário Ordinário, e os dias 8 de Novembro de 2016, pelas 10.30 h. e 13 de Dezembro de 2016, pelas 10.30 h., para a realização das próximas sessões do Conselho Permanente.

Os trabalhos da sessão plenária foram encerrados pelas 15.40 h. do dia 27-09-2016.



